

TAREFAS DO CONGRESSO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

21.5.1989

O Brasil vive hoje uma crise econômica estrutural sem precedentes e está neste momento ameaçado de uma crise aguda devido às dificuldades por que está passando o Plano Verão. A crise econômica estrutural é definida pela estagnação da renda por habitante desde 1980, pela redução da capacidade de poupança e investimento do país e pelas altíssimas taxas de inflação. A crise aguda sobrevirá caso o governo não consiga promover de forma suave, sem traumas, o descongelamento do Plano Verão. Os erros que envolveram esse plano - especialmente a decisão de desindexar totalmente a economia, no estilo do Plano Cruzado, quando o governo não tinha condições para eliminar de vez o déficit público e reduzir pela metade a dívida externa - não nos permitem ser otimistas em relação ao processo de descongelamento. A sociedade brasileira em geral e particularmente o Congresso Nacional, poderão, entretanto, ter um papel positivo em ajudar o executivo a sair do Plano Verão sem uma explosão das taxas de inflação.

O poder executivo tem acusado com insistência o Congresso de ser o culpado pelas dificuldades do Plano Verão. A acusação é certamente injusta. Mas não há dúvida de que não se observa nas duas casas do Congresso uma consciência clara da gravidade da crise. A aprovação da inclusão da ferrovia Norte-Sul no orçamento, a recriação de órgãos do governo extintos, os subsídios e incentivos (renúncias fiscais) que continuam a se garantir a toda uma série de setores e regiões, a perspectiva imediata de dobrar o salário mínimo são sinais de uma atitude populista, que não nos ajudará a sair da crise.

O populismo fisiológico é, aliás, também um mal por excelência do executivo, que, no entanto, o combina de forma contraditória com uma ortodoxia de direita equivocada, cujos exemplos mais recentes foram o acordo sobre a dívida externa, a desindexação da economia através da extinção da OTN, a taxa de juros do Plano Verão, e a tentativa de arrocho salarial em curso.

A curto prazo a melhor coisa que o Congresso pode fazer para evitar a crise aguda que nos ameaça é aprovar o projeto de lei sobre indexação de salários do

deputado Osmundo Rebouças, e estabelecer um sistema de aumento real do piso nacional de salários gradual mas efetivo. O projeto Osmundo Rebouças assegura, nas atuais circunstâncias, ajustes mensais aos trabalhadores, garante razoavelmente a manutenção do salário médio real e ao mesmo tempo contém um pequeno freio à aceleração inflacionária. Este não é o caso da fórmula alternativa mais óbvia - a correção mensal plena dos salários.

A médio prazo o Congresso Nacional deverá preocupar-se, primeiro, em dar respaldo ao novo governo que se instalará no próximo ano para que este possa, nos primeiros meses de 1990, resolver o problema da dívida externa e realizar o ajuste fiscal que produza um superávit fiscal, e, em seguida, promover as reformas estruturais que acelerem o processo de privatização das empresas públicas, que permitam uma maior liberalização do comércio internacional, que garantam um caráter mais progressivo para o sistema tributário, que promovam o aumento das despesas sociais e dos gastos com ciência e tecnologia. Só assim o Brasil poderá retomar o desenvolvimento e começar efetivamente a corrigir as imensas injustiças sociais existentes neste país.